

BIBLIOGRAFIA

ENCYCLOPÉDIA OF MODERN EDUCATION,

Harry N. Rivlin. Editor; Herbert Schueler, Associate Editor, Nezv York, 1943, *The Philosophical Li-brary of New York City*, 902 p. A intenção geral desta obra é a de oferecer material ordenado e de fácil consulta, sobre as modernas tendências, principios e processos da educação. Nela colaboraram 189 especialistas de diferentes países e uma comissão orientadora, composta dos professores Harold Benjamin, Fran-cis M. Crowley, William V. Cunni-nham, Frank N. Freeman, I. L. Kandel, William H. Kilpatrick, Paul Klapper e Edward L. Thorndik, além dos editores responsáveis, professores Harry Rivlin e Herbert Schueler.

O primeiro grave problema, em trabalho deste gênero, é o da seleção dos verbetes, de sua extensão relativa c justa demarcação entre os vários assuntos, muitas vezes conexos. Os organizadores desta Enciclopédia o resolveram, da melhor maneira, fazendo juntar a cada artigo uma nota bibliográfica, sempre cuidadosamente preparada; indicando, onde con-viesse, os assuntos paralelos a cada tema geral; e apresentando, na ordem alfabética, em que toda a matéria vem disposta, simples títulos de referência ou de remissão. Outro problema, não menos grave, seria o de evitar a inclusão, sobre o mesmo assunto, de opiniões em con-

flito, sob feição polêmica. Especial cuidado houve, porém, ainda neste particular, como se poderá ver pelo cotejo entre os dois artigos escritos, respectivamente, por W. C. Bagley, sobre "essencialistas", e W. H. Kilpatrick, sobre a "escola progressiva". Em certos casos, porém, a exposição de pontos de vista diversos se tornou possível, num mesmo verbete, como no que trata dos "sistemas de promoção escolar", que oferece análise muito objetiva deste importante assunto.

No prefácio, observam os organizadores da Enciclopédia, e com muita razão, que, ao lhe juntarem, no título, o adjetivo "moderna", a um tempo delimitaram c complicaram a tarefa que tinham em mãos. É que o termo "moderno" tem várias conotações. Tanto pode significar o presente, o mais recente, como também o que se oponha ao "fora de moda", ao "tradicional" ou "conservador". Muito prudentemente, comentam : "Para que entendamos a educação de hoje, será preciso considerar alguma coisa mais que a educação do momento. Porque os problemas da educação têm uma base que carecemos de conhecer. Por outro lado, muito do que nos pareça importante nesta hora poderá parecer trivial dentro de poucos anos. Procuramos, por isso, salientar aquelas fases do passado que nos possam esclarecer a educação de hoje, c assim

também as tendências atuais que possam conservar maior interesse no futuro. Por exemplo, ao escolher os educadores, cujas biografias devessem ser incluídas no volume, não fizemos nenhuma tentativa para reunir todos aqueles de mais ativa e reconhecida influencia na educação contemporânea; fizemos incluir, no entanto, os nomes de Comenius, Mann, Pestalozzi e Sarmiento, tanto quanto Dezvey, Piaget, Terman e Thorndike".

Sobre a utilidade de uma enciclopédia deste gênero, observam ainda, não poderá ela substituir a biblioteca especializada. "Uma enciclopédia falha a seus fins se acaso pretenda responder a todas as perguntas que o leitor lhe possa fazer. Deve, sem dúvida, dar uma resposta imediata ao maior número de questões; mas, com isso, deve também suscitar o interesse para novas perguntas e mais aprofundados estudos. É isso, na verdade, o que uma enciclopédia sobre a moderna educação pode oferecer".

Assim cuidadosamente concebido, e cuidadosamente apresentado, o livro serve como dicionário pedagógico; serve como obra de referência, para resolver, muitas vezes, o embaraço do leitor, na procura de bibliografia especializada; constitui, por fim, resumo de idéias ordenadas, para toda pessoa de cultura, que deseje noções precisas sobre os principais assuntos de educação.

É de notar a atenção dada pelos organizadores à educação comparada, como se vê pelos numerosos verbetes que descrevem os sistemas de educação, em diferentes países, e suas principais tendências. O artigo sobre o Brasil foi confiado ao di-

retor do I.N.E.P., que figura entre os colaboradores do trabalho. — L. P.

- A. ALMEIDA JÚNIOR, *Biologia educacional*, 1944, São Paulo, Cia. Edit. Nacional (*Atualidades Pedagógicas*, vol. 35) 577, p. (2.^a ed.). *A educação deve começar por ver, no educando, o ser vivo em crescimento e desenvolvimento, suas possibilidades, suas capacidades. Não bastará, por certo, ao educador, essa visão biológica. Ela se torna, porém, indispensável a qualquer trabalho plenamente fundamentado, e, daí, a caracterização de certo número de problemas pedagógicos, modernamente apresentados sob este título. O perigo estará em fazê-lo sem a visão do conjunto dos fatos da educação, ou no examiná-lo de ponto de vista unilateral. Nele não poderia incidir o A., que alia profundo conhecimento da especialidade à longa experiência no trato das questões da educação. Professor normalista, médico, catedrático de anatomia e fisiologia em escolas normais, depois professor de biologia educacional na Universidade de São Paulo, onde ocupa hoje a cátedra de medicina legal, exerceu também vários cargos de administração escolar. Em lugar de fazer da disciplina simples aglomerado de capítulos da biologia geral, da fisiologia e da higiene, como é ainda corrente encontrar-se em obras estrangeiras, sobre o assunto, procurou o A. unificar a matéria, dando-lhe conveniente estrutura e desenvolvimento. Parte dos conceitos de vida e evolução, para examinar, em seguida, os da genética e da mesologia; examina depois os problemas da atividade funcional, levando-os até à aprendizagem e eficiência, à inteligência e*

seus fatores, à mão e o uso de instrumentos, e à linguagem; propõe, enfim, as questões da eugenia e da eutecnia, abordando o estudo da hereditariedade e do meio, o valor da higiene e o da educação. Em cada uma dessas partes, a exposição não fica no terreno vago dos conceitos gerais e das hipóteses. Pelo contrário, atendendo a que o livro se destina a normalistas e professores, fundamenta cada afirmação de modo muito claro nos fatos, esclarece cada princípio nos conhecimentos mais recentes e os aplica aos problemas correntes da educação nacional.

O livro atende, assim, a um tempo, às exigências de uma obra de técnica tanto quanto às de cultura geral, pelas múltiplas idéias que ventila, as conexões que estabelece e a forma de apresentação geral. Já no prefácio à 1.^a edição, escrevia o A.: "Procura-se fazer crer — o que está certo — que há segredos da profissão, uma arte de ensinar, privativa dos iniciados; mas também se afirma — e aí começa o erro — que essa arte independe da cultura geral, e, podendo perfeitamente funcionar no vácuo, confere, por si só, competência didática. É essa fé pueril na força mística de uma técnica problemática, de uma técnica sem cultura, que faz que se atribua ao magistério, em tom pejorativo, o chamado espírito primário, e se envolvam os estudos pedagógicos em uma atmosfera de desconfiança e de ridículo. Qualidades inatas e formação técnica são indispensáveis, mas não bastam. Tarefa de natureza complexa, essencialmente espiritual, a educação exige do professor uma cultura geral sólida e variada haurida no convívio diuturno com a li-

teratura e com a ciência. E isso tanto para aperfeiçoar-lhe a técnica como para fornecer-lhe matéria prima substancial e pura". Nesta 2.^a edição, aumentada em vários capítulos, o livro reflete de modo ainda mais completo este justo pensamento do A. — L. F.

CHARMOT, F., S. T., A estrada real da inteligência, trad. de Carlos Galves, Bib. Vida e Educação, vol. 6, Porto Alegre, 1944. Liv. do Globo, 271 p. Esta coleção, dirigida pelo professor Alvaro Magalhães, e que já apresentou vários trabalhos de autores nacionais, e algumas traduções, a eles agora acrescenta à tradução da obra publicado, em francês, em 1931, sob o título "La teste bien faite", de autoria do diretor pedagógico do ' Seminário de Yzeure (Allier). Trata-se de estudos sobre a educação intelectual e o valor das disciplinas fundamentais do curso secundário. A matéria vem dividida em três partes: A finalidade da formação: a inteligência bem feita; O meio da formação: o Humanismo; A formação pedagógica dos professores. Em apêndice são apresentados outros pequenos estudos, sobre a importância prática do estudo do latim para a boa aprendizagem do francês; a utilidade dos exercícios de tradução e versão latina; a Bíblia no ensino secundário.

O título do original francês é tomado da fórmula feliz de Montaigne: "Eu desejaria que se tomasse o cuidado de escolher um preceptor que tivesse antes a inteligência bem feita (une teste bien faite) que muito cheia". Isso porque, como se salienta em várias passagens do livro, sem esse predicado no educador, não se obterá a formação do espírito dos discípulos. Para o A., essa formação

estará sempre também dependente de uma educação humanista, a qual deverá ter conto elementos "a cultura", "a civilização" e "a humanização". "A idéia da cultura se exprime como a idéia da tradição, o patrimônio de cada nação adquirido por aqueles que chamamos os nossos maiores" (p. 89). "A civilização supõe a cultura e oferece-se de longe como um ideal que estimula o esforço dos homens cultivados" (p. 91). "A humanização é uma forma subjetiva: cada indivíduo, humanizando-se, cresce" (p. 92). O A. examina o contingente que, para esses objetivos, podem oferecer as línguas vivas, as ciências e as humanidades greco-latinas, optando por estas últimas. "Resignar-nos-íamos, diz à p. 144, a sacrificar alguma coisa no caudaloso programa dos estudos secundários: não seria, porém, nem o grego nem o latim". E conclui, afirmando que o humanismo não será completo sem uma forte impregnação do espírito cristão, razão pela qual "a ação do mestre educador se toma um apos-tolado" (p. 218), e a melhor educação será sempre a ministrada por sacerdotes e religiosos (p. 228).

No pequeno capítulo em que trata da formação pedagógica dos professores, o A. assim resume a preparação a desejar-se: 1) saber o que se ensina; 2) saber a quem e como se ensina; 3) saber fazer que o aluno pessoalmente trabalhe; 4) colaborar pela oração com o mestre interior. Toda a obra está repleta de reminiscências literárias e da observação de autores antigos e modernos, sobre o tema que versa. Pena é, porém que tenha desprezado a bibliografia especializada sobre o assunto, especialmente

tempos, na Inglaterra e nos listados Unidos. É de lamentar também as apreciações tão acerbas e tão superficiais que faz da vida e da cultura norte-americana, a págs. 138 e 212. — L. F.

OTÁVIO A. LINS MARTINS. O Teste Jota, *Monografias Senai*, n.º 1, 1944, Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Departamento Regional do Rio de Janeiro) 52 p.

O A., que chefia a Divisão de Seleção, do Departamento Regional do Senai, no Rio de Janeiro, apresenta, nesta monografia, uma bem cuidada exposição técnica da orientação seguida na padronização de uma prova para selecionar e classificar candidatos aos cursos de aprendizagem industrial, mantidos por aquela organização. A prova, que recebeu a denominação de teste Jota, consta de quatro partes: operações aritméticas; problemas; questões de vocabulário; questões de reconhecimento de formas. Os itens foram em parte extraídos de provas de diagnóstico, já utilizados pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de São Paulo, e, em parte, organizados pelo A. e pelo Dr. A. Tavares Bastos, psicologista da Divisão onde o trabalho foi realizado. O teste foi aplicado em duas formas, a primeira, em 409 indivíduos, e a segunda, em 316. São apresentados os resultados referentes a cada uma e a seguir, minuciosamente discutidos, quanto à sua precisão como instrumento de medida. A análise procurou o máximo de precisão do teste pela correlação de cada item com o critério interno, constituído pelo resultado total no subteste dique fazia parte. Os coeficientes obtidos são postos em confronto com

os de testes americanos, considerados de boa aferição, e, por esse confronto, se chega a concluir do elevado índice de precisão alcançado pelo teste Jota.

Não foi tentada, declara o A., "a obtenção de itens que apresentassem necessariamente validade máxima. isto é. o máximo de correlação com um critério externo (admitido como fundamentalmente válido) da função que o teste pretende medir". E isso, explica, pela dificuldade de obter-se critério externo, que pudesse ser considerado com aquela condição. O problema da validade, em seu entender, é uma questão essencialmente relativa, pelo fato de depender de critérios externos, nem sempre guia fidedigno. Ao A. parece que. para o problema da validade, nos testes psicológicos, foi encontrado um instrumento de eleição. que é a análise fatorial de Thurs-tone e sua escola. E, atendendo a que a análise fatorial será tanto mais perfeita e concludente quanto mais precisas foram os testes empregadas, como ponto de partida experimental. entende que e mais importante também pensar no aperfeiçoamento dos vários subtestes, por processos cujos resultados são seguros, que cuidar de aumentar-lhe a validade por métodos talvez enganosos.

Em apêndice, oferece o A. uma nota sobre a teoria dos fatores múltiplos. e duas outras sobre o cálculo do desvio padrão e erro de precisão, desenvolvidos com o mesmo rigor técnico da exposição. Excelente bi-biografia sobre os assuntos versados completa o trabalho, com que, de modo tão valioso, inicia o Senai a publicação de suas monografias. — L.F.

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANAIS, 1943. NITERÓI, 225 p. Por este volume, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro inicia a publicação de seus Anais. Com o aspecto peculiar às publicações do gênero, apresenta um retrospecto da vida do estabelecimento, desde sua fundação, ocorrido a 24 de fevereiro de 1912; refere-se, depois, com maiores minúcias, à recente reforma por que passou a Faculdade. Nesta reforma, cumpre assinalar a regulamentação do serviço clínico odontológica, o funcionamento dos cursos de electro--radiologistas e de proféticos, a reforma dos museus de zoologia, botânica, mineralogia e parasitologia, e a instalação definitiva da biblioteca da Faculdade.

A parte final do volume é dedicada a uma série de estudos especializados, nos quais são versados assuntos pertinentes a farmácia e à odontologia, todos de autoria de professores ou assistentes das diferentes disciplinas ministradas nos cursos da Faculdade. — A. N.

OSMAR DA CUNHA E MELO, A reação anti-social entro os menores, Rio de Janeiro, 1943, Imprensa Nacional, 90 p.

O autor, que já tratou do problema do desajustamento social do menor, em outras monografias, oferece, com o presente trabalho, os resultados de um inquérito-estatístico sobre a delinqüência infantil no Distrito Federal, em que não só coleta e coordena dados como também analisa os resultados obtidos, segundo a técnica metodológica adequada. Comissário de Vigilância e encarregado da Seção de Estatística do Juízo de Menores na capital do país,

sentiu a urgência de se conhecer o etiologia das reações anti-sociais do menor delinqüente, para a adoção de soluções convenientes, baseadas em dados objetivos.

O trabalho divide-se em três capítulos. Inicialmente, estudou o autor as principais características com que se apresentam os menores, começando por definir o menor delinqüente, cuja atitude anti-social representa o mais alto grau de desajustamento, o contingente de mães analfabetas gundo capítulo, são objetivados os diversos aspectos revelados pelos dados no que se referem à família do menor e, no terceiro, fixam-se as circunstâncias que cercaram as ações delituosas atribuídas a menores. O autor, que ilustrou o trabalho com quinze gráficos, substituiu nas tabelas a divisão clássica dos menores desajustados em abandonados e delinqüentes, por outra, sua, em que os distribui em menores delinqüentes, predelinqüentes, abandonados e desajustados.

Conclui que a marcha da delinqüência infantil, consignada desde 1924 no Juízo de Menores do Distrito Federal, o primeiro criado no Brasil, tende a agravar-se. Fixando em 16 anos e meio a idade crítica do menor delinqüente no Distrito Federal, estabelece a procedência dos menores brancos sobre os pardos e os pretos, e verifica apenas 2,42% de contribuição do menor estrangeiro, o que, no entanto, reputa importante, dado o número restrito de menores estrangeiros residentes no Rio de Janeiro. Nas tabulações apresentadas, umas do período de 1937 a 1939 e outras apenas de 1940 a 1941, quanto à naturalidade dos menores, 53% são naturais da capital do país, pertencendo

os demais à região leste, o que se explica pelas facilidades de inter-comunicação. Apenas 16,5% são oligofrênicos, com 18,95% de anal fabetos, distribuição percentual que se eleva a 42,22% entre as mulheres. Trabalham 66,44%, geralmente a partir dos treze anos e meio, sendo 1,84% e 4,43 anos os limites em que o fazem.

Verificou o autor que 24% dos menores que já passaram pelo Juízo de Menores têm apelido, dos quais 15,51% de sentido pernicioso, denotando conexão com o crime e muitas vezes inspirados pelo cinema, freqüentados por 67,29% deles, e considerado pelo autor " meio de desmoralização moderno, inspirador de reações anti-sociais e fator de desintegração nacional". Fumam 42,33% dos menores varões e gostam de futebol 38,14%, tendo fugido de casa, uma ou mais vezes, 20,29% deles.

No que diz respeito à família ao menor delinqüente, observa o autor que 82,28% têm pais brasileiros, sendo quatro vezes maior o contingente de pai estrangeiro sobre o de mãe estrangeira, nos demais. São órfãos 42%, verificando-se que, entre o menores varões, é maior o número de órfãos de pai, e, entre as mulheres, maior o número de órfãos de mãe.

São filhos naturais 18% dos menores delinqüentes que passaram pelo Juízo de Menores de 1937 a 1941. crescendo o distribuição percentual para 36% se apenas considerarmos o contingente feminino. Filhos de pais humildes na sua quase totalidade, é quatro vezes maior o contingente de mães analfabetas sobre o de pais analfabetos, sendo quase todas empregadas em serviços

domésticos. Aplicado o método de contingência de Pearson, o autor encontrou uma correlação insignificante (0,06) entre a instrução dos pais e a dos menores.

Viviam fora das respectivas famílias 25,71% dos menores, decorrendo das percentagens verificadas ressentir-se disso mais a menor mulher que o menor varão.

Entre 665 menores delinquentes, fichados de 1939 a 1941, 60 são filhos únicos, tendo indicado as mensurações estatísticas, para os demais, em geral, mais de 2 e menos de 5 irmãos. Dormiam em completa promiscuidade 17,39%, dos quais 88,09% em albergues.

Quanto aos distritos de residências dos menores delinquentes, não pôde o autor chegar a conclusões seguras, devido ao número pequeno observado para os distritos municipais e à caracterização imprecisa dos distritos policiais.

Estudando as circunstâncias que cercam a ação criminosa atribuída ao menor, conclui o autor que 39,76% dos crimes ocorridos são delitos de sangue, 34,09% de furto e 15,47% sexuais, prevalecendo os de furto entre as mulheres.

Importante é referir-se que, segundo o autor, há manifesta tendência para aumentarem os delitos sexuais e os de roubo, tendo se fixado em 16/7 anos a idade crítica para os últimos. Agiram isoladamente 76,84% dos delinquentes, elevando-se para 86,54% a distribuição percentual feminina nesse particular. Diversa quanto ao sexo, c a atitude dos menores delinquentes em relação aos delitos que lhe são imputados. Das mulheres, 30/7% negam a autoria, o que se reduz a 20,39% para os menores varões, os quais, aliás, reincidem mais que aquelas, sendo que 70% em crimes da mesma natureza e dentro dum período menor que 1 ano.

Ê de notar certa relação dos distritos policiais e municipais do crime com os de residência do menor: também, da hora com o delito, em geral, praticado entre 9,52 e 15,16 horas, indiferentemente quanto ao dia da semana e à estação do ano. Das ações delituosas imputadas a menores, 57,56% praticam-se no interior de edificios, de preferência nas residências das vítimas, das quais 58,06% eram adultos e 52,38% mantinham ligações com o réu. — A. N.